

EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

CNPJ/MF nº 60.978.519/0001-70 NIRE 35300665015

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: 23 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (“Companhia”), localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **3. Mesa:** Presidente: Sr. **José Carlos Cassaniga**; Secretário: Sr. **Enio Stein Júnior**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) nos termos do artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, e do estatuto social da Companhia, a realização, pela Companhia, de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor total de R\$ 411.000.000,00 (quatrocentos e onze milhões de reais) (“Emissão Companhia” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinada a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM 160” e “Oferta”, respectivamente), e do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.*” a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos titulares de Debêntures (“Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente), e a EPR Participações S.A., na qualidade de fiadora (“EPR Participações” e “Escritura de Emissão”, respectivamente); (ii) a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia de determinadas obrigações a serem assumidas no âmbito das Emissões (conforme definido abaixo), em regime de compartilhamento, de (a) Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Companhia e a EPR 5 Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.978.495/0001-50 (“Concessionária”), na qualidade de cedentes devedoras e o Agente Fiduciário (“*Contrato de Cessão Fiduciária*”); e (b) Alienação Fiduciária de Ações da Concessionária (conforme definido abaixo), nos termos do “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*”, ser celebrado entre a Concessionária, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia, na qualidade de detentora das ações alienadas e o Agente Fiduciário (“*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionárias*”); (iii) a celebração, pela Companhia, em garantia de determinadas obrigações a serem assumidas no âmbito das Emissões, em regime de compartilhamento, do instrumento constitutivo de alienação fiduciária de ações da Companhia, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, a EPR Participações e a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, inscrito no CNPJ sob nº 46.375.484/0001-54 (“EIP Voyager”), na qualidade de detentoras das ações alienadas e o Agente Fiduciário (“*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Companhia*”, e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionária, os “*Contratos de Garantia*”); (iv) a outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionária e da Emissão Companhia, devendo permanecer válidas e em pleno vigor e efeito pelo prazo de vigência das Emissões, independentemente das limitações temporais previstas no artigo 16, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionária) tenham sido integralmente satisfeitas (“*Procurações*”); (v) a contratação, pela Companhia, de instituição financeira que irá atuar na qualidade de banco administrador das contas vinculadas no âmbito da Cessão Fiduciária (“*Banco Administrador*”), bem como a celebração do contrato de depósito junto à respectiva instituição (“*Contrato de Depósito*”) e assunção das obrigações previstas no Contrato de Depósito junto ao Banco Administrador; (vi) a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à (a) realização, pela Companhia, da Emissão Companhia e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à (a.1) contratação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediação da Oferta (“*Coordenadores*”), podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como celebração do “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.*” entre a Companhia, a EPR Participações e os Coordenadores (“*Contrato de Distribuição*”), bem como eventuais aditamentos; (a.2) contratação dos prestadores de serviços no âmbito da Emissão Companhia e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, o agente de liquidação (“*Agente de Liquidação*”), o Escriturador das Debêntures (“*Escriturador*”), a B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão - Balcão B3 (“*B3*”), o Agente Fiduciário, o Banco Administrador e os assessores legais (em conjunto, os “*Prestadores de Serviços*”), podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; (b) outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária e da Alienação Fiduciária de Ações Concessionária, nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionária; (c) outorga, pela Companhia, das Procurações; (d) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão Companhia e da Oferta; e (e) celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Depósito, do Contrato de Distribuição e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e (vii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens (i) a (vi) desta ordem do dia. **5. Deliberações:** Após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a realização, pela Companhia, da Emissão Companhia e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão: (i) **Número da Emissão.** A Emissão Companhia será a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; (ii) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão Companhia é de R\$ 411.000.000,00 (quatrocentos e onze milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“*Valor Total da Emissão*”), sendo: (a) R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (b) R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), observada a possibilidade de Cancelamento de Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão; (iii) **Número de Séries.** A Emissão Companhia será realizada em 2 (duas) séries (cada uma, uma “*Série*” e “*Primeira Série*” e “*Segunda Série*”, respectivamente, e “*Debêntures da Primeira Série*” e “*Debêntures da Segunda Série*”, respectivamente); (iv) **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 411.000 (quatrocentas e onze mil) Debêntures na Data de Emissão, sendo: (a) 300.000 (trezentas mil) Debêntures da Primeira Série; e (b) 111.000 (cento e onze mil) Debêntures da Segunda Série, observada a possibilidade de Cancelamento de Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão; (v) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinada a Investidores Profissionais, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação, para o Valor Total da Emissão, observados os termos e condições dispostos no Contrato de Distribuição. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Resolução CVM 160, conforme previsto no Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo Investidores Profissionais (“*Plano de Distribuição*”), de forma a assegurar: (a) que o tratamento conferido aos Investidores Profissionais seja equitativo; e (b) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos Investidores Profissionais; (vi) **Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3. As Debêntures serão custodiadas eletronicamente na B3; (vii) **Subscrição e integralização.** As Debêntures serão integralmente subscritas em uma única data, na primeira data de integralização das Debêntures da Primeira Série (“*Data de Subscrição*”) pelos Debenturistas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição da Oferta, conforme informada no Anúncio de Início, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo certo que a integralização das Debêntures da Primeira Série deverá ocorrer à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional, durante o Período de Distribuição, de acordo com os procedimentos da B3 (“*Data de Integralização Debêntures Primeira Série*”). As Debêntures da Segunda Série deverão ser integralizadas até 31 de março de 2027 (“*Data Limite de Integralização*”), mediante o atendimento das condições precedentes para integralização descritas na Escritura de Emissão (“*Data de Integralização Debêntures Segunda Série*” e, em conjunto com a Data de Integralização Debêntures Primeira Série, “*Data de Integralização*”), em todos os casos, à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, na Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, por decisão dos Coordenadores, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures de cada série integralizadas em cada data de integralização, nos termos do artigo 61 da Resolução CVM 160 e observado o disposto no Contrato de Distribuição; (viii) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“*Valor Nominal Unitário*”); (ix) **Data de Emissão.** A data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão (“*Data de Emissão*”); (x) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das (a) Debêntures da Primeira Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se as Debêntures da Primeira Série, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão (“*Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série*”); e (ii) Debêntures da Segunda Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se as Debêntures da Segunda Série, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão (“*Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série*” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a “*Data de Vencimento das Debêntures*”), As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, será expedido extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; (xii) **Conversibilidade e Permutabilidade.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza; (xiii) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; (xiv) **Desti-**

nação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para integralização do capital social da Concessionária; (xv) **Garantias:** (a) **Garantia Fidejussória.** Em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, e pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos aos Debenturistas em relação à dívida representada pelas Debêntures, incluindo o pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração das Debêntures, dos Encargos Moratórios, multas, penalidades, despesas e custas, judiciais ou extrajudiciais, devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, remuneração e eventuais despesas do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, bem como, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas (“*Obrigações Garantidas*”), as Debêntures contarão com garantia fidejussória da EPR Participações (“*Fiança*”); (b) Sem prejuízo da Fiança, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas, será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias: **1)** alienação fiduciária de ações da Concessionária, a ser prestada pela Companhia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionária (“*Alienação Fiduciária de Ações Concessionária*”); **2)** alienação fiduciária de ações da Companhia, a ser prestada pela EPR Participações e pelo EIP Voyager, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Companhia (“*Alienação Fiduciária de Ações Companhia*”, e, em conjunto com Alienação Fiduciária de Ações Concessionária, as “*Alienações Fiduciárias*”); e **3)** cessão fiduciária, a qual poderá ser realizada sob condição suspensiva, a ser prestada pela Companhia e pela Concessionária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (“*Cessão Fiduciária*”, em conjunto com as Alienações Fiduciárias, as “*Garantias Reais*”). (xvi) **Compartilhamento das Garantias Reais.** As Garantias Reais serão compartilhadas entre os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e os debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em rito de registro automático, da Concessionária (“*Emissão Concessionária*”, e, em conjunto com a Emissão Companhia, as “*Emissões*”), conforme disposto nos Contratos de Garantia; (xvii) **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (xviii) **Remuneração das Debêntures.** (a) **Remuneração das Debêntures da Primeira Série.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável) incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“*Taxa DI*”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou outro evento de pagamento das Debêntures da Primeira Série previsto na Escritura de Emissão, exclusive (“*Remuneração das Debêntures da Primeira Série*”), obedecida a fórmula disposta na Escritura de Emissão; e (b) **Remuneração das Debêntures da Segunda Série.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável) incidirão juros remuneratórios correspondentes à Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série ou outro evento de pagamento das Debêntures da Segunda Série previsto na Escritura de Emissão, exclusive (“*Remuneração das Debêntures da Segunda Série*”), obedecida a fórmula disposta na Escritura de Emissão; (c) **Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série serão pagas em parcela única na Data de Vencimento (“*Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures*”); (d) **Repactuação Programada.** Não haverá repactuação programada das Debêntures; (e) **Amortização do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento (“*Data de Amortização das Debêntures*”); (f) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia (a) com relação aquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela B3, utilizando-se os procedimentos adotados pela B3; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador; (g) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincida com dia que não seja Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos de obrigações pecuniárias cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3; (h) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias, relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre os débitos vencidos e não pagos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“*Encargos Moratórios*”); (i) **Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures:** A Companhia poderá, a qualquer momento, (a) resgatar antecipadamente a totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, mediante o pagamento do Valor de Resgate Facultativo das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) (“*Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures*”); e/ou (b) amortizar antecipadamente até 98% (noventa e oito) por cento do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, conforme o caso, a seu exclusivo critério, em uma ou mais vezes, mediante pagamento do Valor de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) (“*Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures*”). O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures serão operacionalizados na forma descrita na Escritura de Emissão; (j) **Resgate Antecipado Obrigatório Total:** Durante a vigência das Debêntures, a Companhia deverá realizar o resgate antecipado total das Debêntures no prazo de até (a) 4 (quatro) meses contados da primeira data de integralização das Debêntures da Primeira Série, caso o Contrato de antecipado total das Debêntures (sendo vedada oferta de resgate parcial), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, a qualquer tempo, em uma ou mais vezes, assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares (“*Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures*”), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. O resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures poderá ser realizado para aqueles Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado, sem que haja a necessidade de aceitação da totalidade dos Debenturistas; (k) **Desmembramento:** Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração das Debêntures e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (l) **Vencimento Antecipado:** Os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, observado o disposto na Escritura de Emissão, deverão, em caso de hipótese de vencimento antecipado automático, ou poderão, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão) em caso de hipótese de vencimento antecipado não automático e respeitados os prazos de cura, quando aplicáveis, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento das Debêntures (exclusive), e dos Encargos Moratórios incidentes sobre as Debêntures, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado previstos na versão final da Escritura de Emissão (“*Eventos de Vencimento Antecipado*”), sendo certo que tais Eventos de Vencimento Antecipado, prazos de cura, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais eventos foram negociados e definidos pela diretoria e/ou representantes da Companhia na Escritura de Emissão, bem como se tais eventos são eventos de vencimento automático ou não automático; e (m) **Demais Termos e Condições:** As demais características da Emissão Companhia e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **5.2.** Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária e Alienação Fiduciária de Ações Concessionária; **5.3.** Aprovar a celebração, pela Companhia, dos Contratos de Garantia; **5.4.** Aprovar a outorga, pela Companhia, das Procurações; **5.5.** Aprovar a contratação, pela Companhia, do Banco Administrador, bem como a celebração do Contrato de Depósito; **5.6.** Aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes a (a) a realização, pela Companhia, da Emissão Companhia e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, (a.1) a contratação dos Coordenadores, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como celebrar o Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos; (a.2) a contratação dos Prestadores de Serviços, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; (b) a outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária e da Alienação Fiduciária de Ações Concessionária, nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Concessionária; (c) a outorga, pela Companhia, das Procurações; (d) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão Companhia e da Oferta; e (e) a celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Depósito, do Contrato de Distribuição e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos. **5.7.** Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens aprovados acima. **6. Encerramento e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. **José Carlos Cassaniga**; Secretário: Sr. **Enio Stein Júnior**. **Acionistas:** EPR Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações - IF (representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., a qual é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. *Confere com o documento original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 23 de dezembro de 2025. JUCESP nº 005.958/26-0 em 14/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A.

CNPJ/MF nº 14.380.200/0001-21 – NIRE 35.300.413.016

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2025.

Data, Hora e Local: 30 de novembro de 2025, às 15:00 horas, na sede social da **iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 14.380.200/0001-21, ("Companhia"), registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.413.016, localizada no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Automotistas, nº 1.496, Bairro Vila Yara, CEP 06020-902. **2. Convocação e Presença:** presente a acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia, conforme assinaturas no livro de registro de presença dos acionistas, dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. Mesa:** Presidente: Diego Carneiro Barreto; **Secretário** – Lucas Marini Pittoni; **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: **4.1.** A incorporação, pela Companhia, do acervo patrimonial cindido da **iFood Participações Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Automotistas, nº 1.496, Vila Yara, CEP 06020-902, com seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.233.907.474 e inscrita no CNPJ sob o nº 20.621.422/0001-01 ("Food Participações"), conforme descrito no Protocolo e Instrumento de Justificação de Cisão Parcial da iFood Participações Ltda., que passa a integrar a presente ata como **Anexo I ("Protocolo")**, com o correspondente aumento do capital social da Companhia no valor proporcional ao acervo patrimonial cindido da iFood Participações pela Companhia, correspondente ao valor do patrimônio líquido da iFood Tech Ltda. (CNPJ/MF nº 42.673.834/0001-08) e na Entregre Franquia Ltda. (CNPJ/MF nº 46.368.199/0001-06), bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **4.2.** A ratificação da contratação da empresa de avaliação independente **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, SP, na Av. Chucr Zaidan, 1.240, Ed. Golden Tower nº 46 7º ao 12º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF nº 08-00-49.928.567/0001-11, registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC do Estado de São Paulo sob o CRC nº 2 SP 011609/0-8 ("**Empresa Especializada**"), como responsável pela avaliação do acervo patrimonial da iFood Participações a ser cindido e vertido para a Companhia, com base no balanço patrimonial da iFood Participações levantado em 31 de outubro de 2025 (respectivamente, "**Data Base**" e "**Patrimônio Líquido**"), nos termos e condições do Protocolo, mediante a elaboração dos laudos de avaliação contábil e financeira por parte da Empresa Especializada, para a incorporação da iFood Participações na Companhia; **4.3.** A aprovação dos **Laudos de Avaliação**, que constam no **Anexo 1 do Protocolo**, de acordo com os quais o valor total do acervo cindido da iFood Participações, correspondente aos investimentos detidos na Companhia, na iFood Tech Ltda. (CNPJ/MF nº 42.673.834/0001-08) e na Entregre Franquia Ltda. (CNPJ/MF nº 46.368.199/0001-06), apurados segundo os critérios de valor patrimonial, é de R\$ 1.495.281.801,51 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e um reais e cinquenta e um centavos); **4.4.** A consolidação do estatuto social da Companhia; **4.5.** A autorização à diretoria da Companhia para que pratique todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial da iFood Participações e da incorporação do acervo patrimonial cindido pela Companhia; **5. Deliberações:** a acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia aprovou: **5.1.** Integralmente, e sem quaisquer ressalvas, a incorporação, pela Companhia, do acervo patrimonial cindido da iFood Participações correspondente ao valor do patrimônio líquido da iFood Tech Ltda. (CNPJ/MF nº 42.673.834/0001-08) e na Entregre Franquia Ltda. (CNPJ/MF nº 46.368.199/0001-06), conforme definidos nos Laudos de Avaliação e descrito no Protocolo, com o correspondente aumento do capital social da Companhia em R\$ 6.404.432,00 (seis milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais), mediante a emissão de 6.404.432 (seis milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações já existentes, todas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social da Companhia de R\$ 910.748.466,40 (novecentos e dez milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), dividido em 521.778.947 (quinhentos e vinte e um milhões, setecentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 917.152.898,40 (novecentos e dezessete milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 528.183.379 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e quarenta e três mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As 6.404.432 (seis milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais) novas ações emitidas em decorrência do aumento de capital social ora aprovado foram, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas pela ora acionista **iFood Holdings B.V.**, conforme Boletim de Subscrição constante do **Anexo II** da presente ata. A **iFood Holdings B.V.** sucederá universalmente a iFood Participações enquanto acionista da Companhia, passando a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia atualmente detidas pela iFood Participações, uma vez que acervo cindido objeto da cisão parcial compreende, entre outros ativos e passivos, o investimento detido pela iFood Participações na Companhia. **5.1.1.** Em decorrência do aumento de capital descrito acima, fica aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 917.152.898,40 (novecentos e dezessete milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 528.183.379 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e quarenta e três mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.**" **5.1.2.** A acionista registra, para todos os fins, que a cisão parcial da iFood Participações não resultará em solidariedade entre a iFood Participações e a Companhia, nos termos dos artigos 233, parágrafo único, e 229, § 1º, ambos do Código de Comércio por Ações, e da cláusula 3.2 do Protocolo, e a responsabilidade da dívida da Empresa Especializada, para a elaboração do patrimônio líquido da iFood Participações, a ser cindido e vertido para a Companhia, nos termos do Protocolo, e para a elaboração dos Laudos de Avaliação. **5.3.** Integralmente, e sem quaisquer ressalvas, os Laudos de Avaliação, que constam no Anexo 5.1 do Protocolo, de acordo com os quais o valor total do acervo cindido da iFood Participações, correspondente aos investimentos detidos na Companhia, na iFood Tech Ltda. (CNPJ/MF nº 42.673.834/0001-08) e na Entregre Franquia Ltda. (CNPJ/MF nº 46.368.199/0001-06), apurados segundo os critérios de valor patrimonial, é de R\$ 1.495.281.801,51 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e um reais e cinquenta e um centavos). **5.4.** Que a diretoria da Companhia pratique todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial da iFood Participações e da incorporação do acervo patrimonial cindido pela Companhia. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Osai do SP, 30 de novembro de 2025. (ass.): **Messa:** Diego Carneiro Barreto – **Presidente;** Lucas Marini Pittoni – **Secretário.** **Acionista:** **iFood Participações Ltda.** p. Diego Carneiro Barreto e Lucas Marini Pittoni; **iFood Holding B.V.** p. Diego Carneiro Barreto. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 77/26-1 em 06/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de 1ª (primeira) Convocação para a Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 23ª Emissão em Série Única a ser realizada em 06 de fevereiro de 2026

com convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª Emissão em Série Única **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("**Titulares dos CRI's**", "**CRIs**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da cláusula 11.3 do Termo de Securitização ("**Termo de Securitização**") a, reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("**Assembleia**") a, a realizar-se no dia **06 de fevereiro de 2026, às 16:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CMV**") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**Resolução CMV 60**") a, firmem e deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (a) declaração ou não do Vencimento Antecipado, no termos da Cláusula 17, item (b) da CCB e Cláusula 6.3.1., item (ii) do Termo de Securitização, em razão do descumprimento do prazo de registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis perante o competente ofício de registro de imóveis, nos termos da Cláusula 2.10.2. do Termo de Securitização, sendo certo que, caso aprovado este item, a Devedora terá prazo adicional de 60 (sessenta) dias para a presente Assembleia para realizar o respectivo o registro; (b) declaração ou não de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (w) da CCB e Cláusula 6.3.1., item (xxiii) do Termo de Securitização, em razão do atraso superior a 10% (dez por cento) em relação à expectativa reportada no cronograma previsto do Empreendimento Conviva Piratininga constante do Anexo IV desta CCB; As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer uma das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico : juridico@bsicapital.com.br, agente.fiduciario@bsicapital.com.br e afm@vortexx.com.br identificando no título do e-mail a operação CRI 23ª Emissão da Série Única), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão exercer o seu direito de voto à distância, sem necessidade de participação na reunião por meio da plataforma digital, mediante o envio de Boletim de Voto à Distância, nos termos da Resolução CMV nº 60, de 23 de dezembro de 2021. O Boletim de Voto à Distância será disponibilizado pela Emissora aos Titulares dos CRI, juntamente com este Edital de Convocação, e deverá ser devidamente preenchido, assinado e encaminhado à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, por meio eletrônico para os endereços juridico@bsicapital.com.br, agente.fiduciario@vortexx.com.br e afm@vortexx.com.br, identificando no assunto do e-mail a operação "CRI 23ª Emissão – Série Única – Voto à Distância", até 1 (um) dia útil anterior à data de realização da Assembleia. O voto proferido por meio do Boletim de Voto à Distância será computado para fins de verificação de quórum e deliberação, prevalecendo sobre eventual voto proferido posteriormente pelo mesmo Titular durante a Assembleia, caso haja divergência. O Titular que optar pelo envio do Boletim de Voto à Distância poderá, ainda assim, participar da Assembleia por meio da plataforma digital, sem prejuízo da validade do voto já proferido, salvo se expressamente manifestar sua intenção de alterá-lo durante a Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "**Documentos de Representação**": a) **Participante pessoa física**: Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **Demais participantes**: Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição de diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, com poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 16 de janeiro de 2026.

BSI Capital Securitizadora S.A.
(16.17 e 20/01/2026)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560

Carta de Renúncia
Aos Membros do Conselho de Administração Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. *Enviada por e-mail: Ref.: Renúncia ao cargo de Diretor.* Prezados Senhores, Em observância ao disposto no art. 151 da Lei nº 6.404, de 1976, eu, **Carlos Eduardo Soares dos Santos**, brasileiro, solteiro, médico, portador da cédula de identidade RG sob o nº 281708150 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 150.995.518-66 e no CRM sob o nº 105196/SP, venho, pela presente, apresentar minha **Renúncia**, a partir da presente data, ao cargo de Diretor da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”), para o qual fui eleito na reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2024, outorgando à Companhia a mais ampla, geral e irrestrita quitação, em caráter irrevogável e irretratável, para nada mais reclamar ou pretender haver, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e a qualquer título, com relação às obrigações assumidas pela Companhia no período em que ocupei o cargo de Diretor, ressalvadas as regras e direitos a mim garantidos como previstos na apólice de D&O e do Contrato de Indenidade firmado com a Companhia em 08.05.2024 que continuarão aplicáveis e vigentes. São Paulo, 1º de outubro de 2025. Cordialmente, **Carlos Eduardo Soares dos Santos. Ciente: Eduardo Oliveira** – Diretor Vice-Presidente da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 430.841/25-5 em 11/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 | **Companhia Aberta**
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de novembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de 2025, às 10h00, de forma híbrida, virtual e presencialmente no escritório da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”) na Av. Paulista, 1.106, 12º andar, parte, em conformidade com o Artigo 19 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **2. Convocação e Presença:** Realizada a convocação, nos termos do Artigo 20, caput, do Estatuto Social da Companhia. Presentes à reunião os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Murilo Ramos Neto, Bernardo Dantas Rodenburg, Ricardo Saad Affonso, Luis Felipe Cruz e Ricardo Bottas. **3. Mesa:** Presidente: **Murilo Ramos Neto**; e Secretária: **Aline Vieira Ferraz**. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração presentes tomaram ciência e/ou deliberaram o quanto segue: **4.1. Deliberação sobre proposta do Programa de Recompra de Ações:** Aprovar a instituição de um programa de recompra para a aquisição de até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias de emissão da própria Companhia (“Programa de Recompra”), sem redução do valor do capital social, para manutenção em tesouraria ou cancelamento, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei 6.404/76 e Instrução CVM nº da Resolução CVM nº 77/2022, conforme termos e condições descritos no **Anexo I** desta ata, que serve também para fins de divulgação das informações indicadas no Anexo G à Resolução CVM nº 80/2022. Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu aprovar conceder poderes à Diretoria para tomar todas as providências necessárias à implementação do Programa de Recompra ora aprovado, inclusive para estabelecer a oportunidade de aquisição das ações dentro dos limites ora aprovados. **5. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 21 de novembro de 2025. (ass.) **Presidente – Murilo Ramos Neto; Secretária – Aline Vieira Ferraz.** Membros presentes do Conselho de Administração: Bernardo Dantas Rodenburg, Murilo Ramos Neto, Ricardo Saad Affonso, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Luis Felipe Francisco Pereira da Cruz. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é um extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 130, da Lei das S.A. São Paulo, 21 de novembro de 2025. Aline Vieira Ferraz – **Secretária.** JUCESP – Registrado sob o nº 2.779/26-2 em 08/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 | **Companhia Aberta**
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2025, às 14h00, de forma híbrida, virtual e presencialmente no escritório da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”) na Av. Paulista, 1.106, 12º andar, parte, Bela Vista, CEP 01310-914, em conformidade com o Artigo 19 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo segundo do Artigo 20, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (“Lei das Sociedades por Ações”) e do Artigo 16, do Regimento Interno do Conselho de Administração. Presentes à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Bernardo Dantas Rodenburg, Murilo Ramos Neto, Ricardo Saad Affonso, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Luis Felipe Francisco Pereira da Cruz. **3. Mesa:** Presidente: **Murilo Ramos Neto**; e Secretária: **Aline Vieira Ferraz**. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração presentes tomaram ciência e/ou deliberaram o quanto segue: **4.1. Resultados do 3º trimestre de 2025.** A Diretoria realizou apresentação sobre os resultados da Companhia, conforme documento distribuído aos membros do Conselho e arquivado na Companhia, reportando os principais destaques financeiros e operacionais da Companhia no trimestre. Após debates e questionamentos respondidos pela Diretoria e em linha com a recomendação do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e opinião do Conselho Fiscal, os membros do Conselho, aprovaram, por unanimidade, as demonstrações financeiras trimestrais referentes ao período compreendido entre 1º de julho de 2025 e 30 de setembro de 2025. **5. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 13 de novembro de 2025. **Presidente – Murilo Ramos Neto; Secretária – Aline Vieira Ferraz.** Membros presentes do Conselho de Administração: Bernardo Dantas Rodenburg, Murilo Ramos Neto, Ricardo Saad Affonso, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Luis Felipe Francisco Pereira da Cruz. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é um extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do Parágrafo 3º, do Artigo 130, da Lei das S.A. São Paulo, 13 de novembro de 2025. (ass.) Aline Vieira Ferraz – **Secretária.** JUCESP – Registrado sob o nº 435.138/25-0 em 19/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
CNPJ/ME nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – **Companhia Aberta**
Ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 12 de novembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2025, às 10h, em reunião realizada de forma híbrida, virtual e presencialmente no escritório da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”) na Avenida Paulista, 1.106, 12º andar – Parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em conformidade com Artigo 7º, Parágrafo 1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal (“Regimento Interno”). **2. Convocação e Presença:** Realizada convocação, nos termos do Artigo 6º, Parágrafo Único, do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Presentes à reunião a totalidade dos membros titulares do Conselho Fiscal da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”), os Srs. Eduardo Rogatto Luque, Flavio Stamm e Eros Henriques Dalhe. Presentes também os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. **3. Composição da Mesa: Presidente:** Eduardo Rogatto Luque; **Secretária:** Aline Vieira Ferraz. **4. Ordem do Dia:** Nos termos do Artigo 163, inciso VI, da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”), bem como do Artigo 2º, (vi), e Artigo 5º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal, analisar as informações financeiras trimestrais relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2025. **5. Deliberações: 5.1. Resultado do 3º trimestre do exercício social de 2025.** O representante da E&Y, Carlos Amado (“Representante E&Y”), na qualidade de auditor independente da Companhia, realizou uma apresentação, nos termos do material de suporte arquivado na Companhia, detalhando o escopo dos trabalhos de auditoria conduzidos e os relativos às informações financeiras referentes ao 3º trimestre de 2025, incluindo os principais assuntos significativos do trimestre e os assuntos de destaque e/ou de principal monitoramento do trimestre. Na sequência, a E&Y se manifestou pela adequabilidade e razoabilidade das informações financeiras do 3º trimestre de 2025. Em seguida, o Diretor Financeiro da Companhia, Sr. Eder da Silva Grande, realizou uma apresentação, nos termos do material de suporte distribuído aos membros do Conselho Fiscal, detalhando os principais indicadores financeiros e patrimoniais da Companhia ao longo do 3º trimestre do ano. Após discussões, em atendimento ao disposto no Artigo 163, inciso VI, da Lei 6.404/76 e Artigo 2º, (vi), e Artigo 5º, do Regimento Interno, o Conselho Fiscal da Companhia analisou as informações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao 3º trimestre do exercício social de 2025, período compreendido entre julho de 2025 e setembro de 2025. Com base nas análises efetuadas, nas informações e esclarecimentos recebidos, o Conselho Fiscal tomou ciência do relatório a ser emitido pelos auditores independentes e entende que não há pontos de atenção a serem destacados em relação aos documentos, os quais refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia no período, opinando favoravelmente pelo arquivamento do ITR no sistema e.Net da CVM, conforme regulamentação vigente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros titulares do Conselho Fiscal presentes. São Paulo, 13 de novembro de 2025. Presidente – Eduardo Rogatto Luque; Secretária: Aline Vieira Ferraz. Membros titulares do Conselho Fiscal presentes: Eduardo Rogatto Luque, Eros Henriques Dalhe e Flavio Stamm. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia. São Paulo, 12 de novembro de 2025. **Aline Vieira Ferraz** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 435.134/25-5 em 19/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Girotrade S.A.

CNPJ nº 04.820.606/0001-24 – NIRE 35.300.316.452
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2025
1. Data, Hora e Local: Realizada em 21 de agosto de 2025, às 10 horas, na sede da Girotrade S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulos C e D, Empresarial Paoletti, CEP 07784-775. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/76 de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei nº. 6.404/76”) tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Lucas Geraldo Sanches, tendo como secretário Daniel Vieira da Costa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: i) abertura de filial a ser localizada na cidade de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal para Parnaíba FRR 246, 6305, Lote Gleba 1, Parte A, Bairro Chácaras Rutina Strauss, CEP 07811-180; e ii) outros assuntos. **5. Deliberações:** Foi deliberado, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: (i) Abertura de filial: abertura de nova filial a ser localizada na cidade de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal para Parnaíba FRR 246, 6305, Lote Gleba 1, Parte A, Bairro Chácaras Rutina Strauss, CEP 07811-180, que exercerá as seguintes atividades: (a) Exploração da atividade de comércio no atacado, representação por conta própria e de terceiros e atendimento direto ao consumidor com vendas no varejo; (b) Importação, exportação, armazenagem e distribuição dos seguintes produtos: alimentos em geral; alimentos não perecíveis; bebidas em geral; ração animal e artigos de petshop; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; limpeza do lar; artigos de bazar; bijuterias; presentes; lingerie; acessório e vestuário; eletrodomésticos e eletroeletrônicos; (c) comércio de materiais de construção e itens correlatos; e (d) armazenagem de mercadorias em geral por conta de terceiros; e (f) Participação em outras empresas ou sociedades, como sócia, acionista ou quotista. (ii) Sendo assim, o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: **Artigo 2º: A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulos C e D, Empresarial Paoletti, CEP 07784-775. Filial: na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulo C, Parte A, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), CEP 07784-775, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.820.606/0003-96 e NIRE 35.906.687.640 – armazenagem de mercadoria em geral por conta de terceiros. Filial: na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, Galpão 100, Módulos D e E, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), CEP 07784-775, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.820.606/0004-77 e NIRE 35.906.848.341 – (a) exploração da atividade de comércio no atacado, representação por conta própria e de terceiros e atendimento direto ao consumidor com vendas no varejo; (b) importação, exportação, armazenagem e distribuição dos seguintes produtos: alimento em geral; alimentos não-perecíveis; alimentos perecíveis; bebidas em geral; ração animal e artigos de petshop; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; limpeza do lar; artigos de bazar; bijuterias; presentes; lingerie; acessório e vestuário, eletrodomésticos e eletroeletrônicos; (c) comércio de materiais de construção e itens correlatos; e (d) armazenagem de mercadoria em geral por conta de terceiros. Filial: na cidade de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal para Parnaíba FRR 246, 6305, Lote Gleba 1, Parte A, Bairro Chácaras Rutina Strauss, CEP 07811-180 – (a) Exploração da atividade de comércio no atacado, representação por conta própria e de terceiros e atendimento direto ao consumidor com vendas no varejo; (b) Importação, exportação, armazenagem e distribuição dos seguintes produtos: alimentos em geral; alimentos não perecíveis; bebidas em geral; ração animal e artigos de petshop; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; limpeza do lar; artigos de bazar; bijuterias; presentes; lingerie; acessório e vestuário; eletrodomésticos e eletroeletrônicos; (c) Licenciamento do uso de marcas, softwares, tecnologias e/ou direitos autorais em geral; (d) Comércio de materiais de construção e itens correlatos; (e) Comércio de autopeças e itens correlatos; (f) a aquisição, cessão, transferência de créditos/receíveis diversos de outras empresas através de diversos instrumentos jurídicos, tais como cessão de crédito; (g) realização de serviços de análise e seleção de direitos creditórios que compreendem: análise, seleção e negociação dos valores e efetuar prospecção, cadastramento, análise cadastral e análise de crédito dos cedentes e devedores; (h) armazenagem de mercadorias em geral por conta de terceiros; e (i) Participação em outras empresas ou sociedades, como sócia, acionista ou quotista. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e como ninguém mais quis fazer uso da palavra, determinou o Senhor Presidente que encerrasse a reunião, sendo suspensa a sessão e lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pela totalidade dos acionistas da Companhia. Acionistas: Yandeh S.A. (p. Lucas Geraldo Sanches e Daniel Vieira da Costa) e Daniel Vieira da Costa. Fica certificado que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cajamar, 21 de agosto de 2025. Mesa: **Lucas Geraldo Sanches**, Presidente; **Daniel Vieira da Costa**, Secretário. JUCESP/NIRE nº 3590730089-7. JUCESP nº 320.679/25-1 em 11/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.

CNPJ/ME nº 66.079.609/0001-06 – NIRE 35.300.357.787
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de novembro de 2025
1. Data, Hora e Local: Aos 20 de novembro de 2025, às 09:30 horas, na modalidade assembleia digital, por meio da plataforma “Google Meetings”, conforme faculta o Art. 124, §2º-A da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), sendo considerada realizada na sede social da Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A. (“Companhia”) para todos os fins legais, nos termos do item I, Seção VIII, Anexo V, da IN DREI 81/2020. **2. Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal Data Mercantil, nas edições digitais dos dias 11 (fls. 2), 12 (fls. 2) e 13 (fls. 1) de novembro de 2025, e nas edições impressas dos dias 11 (fls. 6), 12 (fls. 6) e 13 (fls. 7) de novembro de 2025. **3. Presença e Instalação:** Presentes, via videoconferência, acionistas titulares de ações representativas de, aproximadamente, 59,92% do capital social da Companhia, ficando, portanto foi instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. A participação e a votação a distância dos acionistas foram realizadas por meio da plataforma “Google Meetings”, conforme instruções divulgadas no material de convocação. **4. Mesa:** Alderano Américo Fileni - Presidente; Caio Graccho de Toledo Reis - Secretário. **5. Ordem do Dia:** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2024. Antes de iniciar os trabalhos, consignou-se que, na forma da Lei das S.A., as manifestações de voto e protestos eventualmente apresentados pelos acionistas, referentes aos debates e fatos ocorridos nesta assembleia, serão recebidos e autenticados pela Mesa e arquivados na sede da Companhia. **6. Deliberações:** Após a apreciação e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes, sem quaisquer reservas ou ressalvas: 6.1 Autorizar a lavratura da ata que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130 §1º da Lei da S.A. 6.2. Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras auditadas da Companhia e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. 6.4. Consignar que não haverá distribuição de dividendos, uma vez que, conforme consta na Demonstrações Financeiras aprovadas, não houve lucro apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. 6.5 Autorizar a Diretoria a tomar todas as medidas e providências necessárias e/ou convenientes para dar efetividade às deliberações ora aprovadas, ratificando, inclusive, os atos anteriormente praticados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa, que certificou a presença dos acionistas que participaram e votaram a distância, não tendo sido apresentada nenhuma manifestação de voto ou protesto por qualquer dos presentes. Vinhedo/SP, 20 de novembro de 2025. JUCESP nº 004.632/26-6 em 13/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 38.350.109/0001-21 – NIRE 35.300.555.821
Edital de Convocação
Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e do Estatuto Social da **Torres do Brasil S.A.** (“Companhia”), a Companhia convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada presencialmente às 10:00 horas do dia 30 de janeiro de 2026, na sede social da Companhia, localizada Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, bloco C, 3º andar, Vila Cruzeiro, CEP 04.726-908, nos termos do artigo 124, §2º, da Lei da S.A., para deliberarem sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** As contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** A destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(iii)** A remuneração global dos administradores para o exercício de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** A alteração do endereço da sede da Companhia; **(ii)** A eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** A alteração das regras de representação da Companhia, com a consequente alteração do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** **Documento relacionados à AGOE:** Em conformidade com o artigo 133 da Lei das S.A., o Relatório da Administração e a cópia das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foram publicados no “0 Dia”, nas páginas 02 no caderno digital e página 04 no caderno impresso na edição do dia 09 de dezembro de 2025, na forma do artigo 289 da Lei das S.A. Além disso, estes documentos encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da Companhia. **Participação em AGOE:** Para que sejam admitidos à AGOE e por se tratar de acionistas pessoas jurídicas, os mesmos podem ser representados por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Com relação à participação por meio de seus representantes legais, deverá ser apresentado o estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal. Em caso de participação por meio de procurador, também será necessária a apresentação do estatuto social/contrato social, sendo que a outorga de poderes de representação para participação na AGOE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos acionistas no que diz respeito à presente convocação e à AGOE. São Paulo 14 de janeiro de 2026. Luis Humberto Diaz Jouanen, **Presidente do Conselho de Administração.** (15, 16 e 17/01/2026)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



ARMCO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 71.586.952/0001-87 - NIRE Nº 35.300.136.764

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas, Diretores e Membros do Conselho de Administração da ARMCO DO BRASIL S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (A.G.E.) a realizar-se no dia **28/01/2026 (quarta-feira), às 11h00**, nas dependências da NDN Advogados, localizada na Rua Elvira Ferraz, 250, Conjunto 205, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04552-040, nos termos dos artigos 138 a 142 da Lei nº 6.404/76 e das disposições estatutárias aplicáveis. **I.** Reforma da Composição do Conselho de Administração: Alteração do regime de composição e diretrizes de gestão; **II.** Instalação do Conselho Fiscal: Deliberação sobre a constituição do órgão para o exercício corrente (art. 161 e ss., LSA); **III.** Calendário de Gestão: Definição do cronograma de reuniões de resultados e reunião anual do Conselho Fiscal. **2.** Caso o acionista esteja impossibilitado de comparecer, recomenda-se a indicação de procurador devidamente constituído, nos termos das normas estatutárias e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **3.** Aos convocados será disponibilizada, em versão física, a minuta da ata e demais documentos pertinentes, de forma presencial em reunião, respeitada a confidencialidade. **4.** Conforme o artigo 135 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, podendo instalar-se em segunda convocação com qualquer número. O acionista poderá ser representado na assembleia-geral por procurador constituído que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. São Paulo, 15 de janeiro de 2026. **ROBERTO GALLO - Presidente do Conselho de Administração**

(16, 17 e 20/01/2026)

Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/MF nº 05.347.060/0001-07 - NIRE 35300455339

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de dezembro de 2025, às 8h, na sede social da **Interplayers Soluções Integradas S.A.** ("Companhia"), situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, sala, unidades 171 e 241 (parte), Vila Cordeiro, CEP 04583-110. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência da presença de todos os acionistas representando a totalidade das ações com direito à voto da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Arnaldo José Lewis e Sá Filho; **Secretária:** Sr. Larissa Andrade de Melo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a aprovação do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, levantadas em 30 de novembro de 2025; **(ii)** aprovação e ratificação de todos os atos societários praticados pelos administradores até a presente data; **(iii)** a destinação do resultado do exercício, bem como dos lucros acumulados existentes até 30 de novembro de 2025; e **(iv)** a distribuição de dividendos intermediários. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria descritas na ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os acionistas da Companhia deliberam o quanto segue: **5.1. Aprovar** integralmente o balanço patrimonial e das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, relativas ao período de 01 de janeiro 2025 à 30 de novembro de 2025, as quais refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia naquela data; **5.2. Aprovar** e ratificar todos os atos societários praticados pelos administradores da companhia até a presente data; **5.3. Aprovar** o resultado apurado no período encerrado em 30 de novembro de 2025, bem como os lucros acumulados existentes até essa data, que totalizam o montante de R\$16.381.872,04 (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), deliberando-se a sua destinação da seguinte forma: **a)** Destinar o montante de R\$819.093,60 (oitocentos e dezenove mil e noventa e três reais e sessenta centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do período para a Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite legal; **b)** Destinar o montante de R\$11.672.083,83 (onze milhões, seiscentos e setenta e dois mil e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) para a Reserva de Lucros para investimentos, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta da administração; **c)** Destinar o montante de R\$3.890.694,61 (três milhões, oitocentos e noventa mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos) equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, para distribuição de dividendos mínimo obrigatório aos acionistas, proporcionalmente às suas participações no capital social, observadas as disposições estatutárias e legais, a serem pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2028, conforme cronograma a ser previamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária convocada oportunamente para este fim e **5.4. Destinar** o montante de R\$64.283.723,83 (sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos), para distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, proporcionalmente às suas participações no capital social, observadas as disposições estatutárias e legais, a serem pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2028, conforme cronograma a ser previamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária convocada oportunamente para este fim. Para fins de esclarecimento, os acionistas consignam que o montante de R\$64.283.723,83 (sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos) aprovado para distribuição a título de dividendos intermediários decorre não apenas do resultado apurado no período encerrado em 30 de novembro de 2025, mas também de lucros acumulados e reservas de lucros constituídos em exercícios sociais anteriores, devidamente registrados no patrimônio líquido da Companhia e integralmente disponíveis para distribuição, nos termos dos artigos 196, 199, 202 e 204 da Lei nº 6.404/1976. Fica expressamente consignado que a referida distribuição não implica redução do capital social, não compromete a integridade do patrimônio líquido da Companhia e observa integralmente as disposições legais, estatutárias, contábeis e fiscais aplicáveis. **5.5. Aprovar** a lavratura e publicação da presente Ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos dos §§ 12 e 32 do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, conforme unanimemente autorizado pelos acionistas, que, depois de lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. **Mesa:** (i) Arnaldo José Lewis e Sá Filho - Presidente; e (ii) Larissa Andrade de Melo - Secretária. **Acionistas Presentes:** (a) Oria Tech 1 Inovação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (b) Arnaldo José Lewis & Sá Filho; (c) Fernando Guerino Cascardi; (d) Carlos Alberto de Castro Outra; e (e) RX Investimentos e Participações Ltda. *Certifico que está é cópia fiel daquela lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.* São Paulo, 23 de dezembro de 2025. JUCESP nº 37.239/26-0 em 12/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da GP Partnership S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 26 dias de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** o exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; e **(ii)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 15 de janeiro de 2026. **Thiago Lolkus Nigro** , Presidente do Conselho de Administração.

(16, 17 e 20/01/2026)

EPR Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/12/2025

I. Data, Horário e Local: 23/12/2025, 9hs, na sede social da EPR Participações S.A. ("Companhia"), localizada em São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. **III. Mesa:** Presidente: Sr. **José Carlos Cassaniga**; Secretário: Sr. **Enio Stein Júnior**. **IV. Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** a outorga, pela Companhia, de garantias fidejussórias, na forma de fiança ("Fianças"), em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido nas Escrituras de Emissão) (conforme definido abaixo) assumidas pela EPR 5 Participações S.A. ("Concessionária") e pela EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. ("Acionista Direta"), respectivamente, no âmbito: **(a)** da 1ª emissão de debêntures simples da Concessionária, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$ 900.000.000,00 ("Debêntures Concessionária" e "Emissão Concessionária", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022 ("Resolução CVM 160" e "Oferta Concessionária", respectivamente), e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EPR 5 Participações S.A." a ser celebrado entre a Concessionária, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos titulares das Debêntures Concessionária ("Agente Fiduciário Concessionária" e "Debituristas Concessionária", respectivamente), e a Companhia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão Concessionária"); e **(b)** da 1ª emissão de debêntures simples da Acionista Direta, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$ 411.000.000,00 ("Debêntures Acionista Direta" e "Emissão Acionista Direta", respectivamente), as "Emissões"), as quais serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM 160 ("Oferta Acionista Direta" e, em conjunto com a Oferta Concessionária, as "Ofertas"), e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A." a ser celebrado entre a Acionista Direta, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos titulares das Debêntures Acionista Direta ("Agente Fiduciário Acionista Direta" e "Debituristas Acionista Direta", respectivamente, sendo o Agente Fiduciário Acionista Direta e o Agente Fiduciário Concessionária, indistintamente, "Agente Fiduciário"), e a Companhia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão Acionista Direta" e, em conjunto com a Escritura de Emissão Concessionária, as "Escrituras de Emissão"); **(ii)** a outorga e constituição, pela Companhia, no âmbito das Emissões, de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Acionista Direta ("Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta"), nos termos previstos no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva", a ser celebrado entre a Companhia, a Peñ Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP Voyager"), na qualidade de detentora das ações alienadas, o Agente Fiduciário e a Acionista Direta, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta"), sendo certo que a Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta será objeto do Compartilhamento de Garantias Reais (conforme definido nas Escrituras de Emissão); **(iii)** a outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta e das Emissões, devendo permanecer válidas e em pleno vigor e efeito pelo prazo de vigência da emissão, independentemente das limitações temporais previstas no Artigo 20, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, até que as Obrigações Garantidas (conforme definido nas Escrituras de Emissão) tenham sido integralmente satisfeitas ("Procurações"); **(iv)** autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes **(a)** a outorga e constituição, pela Companhia, das Fianças e da Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta, e **(b)** a negociação e celebração, pela Companhia, das Escrituras de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e **(v)** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de representantes legais e/ou procuradores, decorrentes e/ou relacionados às matérias constantes nos itens anteriores. **V. Deliberações:** colocadas em discussão as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem ressalvas, resolveram: **(i)** aprovar a outorga, pela Companhia, das Fianças, mediante a celebração das Escrituras de Emissão na qualidade de fiadora; **(ii)** aprovar a outorga e a constituição, pela Companhia, em regime de compartilhamento no âmbito das Emissões, da Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta, pela Companhia, mediante a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta; **(iii)** aprovar a outorga das Procurações; **(iv)** aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes **(a)** a outorga e constituição, pela Companhia, das Fianças e da Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta; e **(b)** a negociação e celebração, pela Companhia, das Escrituras de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Acionista Direta e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e **(v)** ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de representantes legais e/ou procuradores, decorrentes e/ou relacionados às deliberações anteriores. **VI. Encerramento e Leitura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VII. Assinaturas:** **Mesa:** Presidente: Sr. **José Carlos Cassaniga**; Secretário: Sr. **Enio Stein Júnior**. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por: Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., a qual é representada, por sua vez, nos termos do seu contrato social por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas). *A presente ata foi lavrada em 1 via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio.* São Paulo/SP, 23/12/2025. JUCESP nº 6.442/26-2 em 15/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CAS Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 26/01/2026, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: **a)** anular a ata e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral Extraordinária de 12/12/2025 cujos números e valores de aproveitamento de reservas e distribuição de dividendos foram exigidos(as) pelo Comunicado JUCESP de 12/12/2025; **b)** retificar ou ratificar e/ou estabelecer novos números e novos valores atendendo assim, de forma definitiva, as exigências da Lei 15.270/25 cujo prazo foi adiado pelo STF até 31/01/2026; **c)** quaisquer outros assuntos relacionados a este tema que possam sofrer atualizações por algum dos entes envolvidos. São Paulo, 16, 17 e 20 de janeiro de 2026. (aa) **Welson Regis Jacometti** – Diretor Presidente.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

